

2. As virtudes

Renata Paiva Cesar

2. As virtudes

Considerando que a felicidade é um ato da alma conforme a virtude, ou seja, conforme a excelência do homem, Aristóteles distinguiu as virtudes em intelectuais e morais.

O objetivo deste capítulo é apresentar as virtudes aristotélicas de maneira geral e posteriormente a interpretação e reformulação das virtudes realizada por André Comte-Sponville.

2.1 Virtude e Racionalidade

O homem quer se diferenciar e já se diferenciou em certa medida dos outros animais. Não são apenas as características físicas que o diferencia, mas também o seu cérebro altamente desenvolvido¹; o homem faz uso de sua racionalidade, ele é capaz de pensar, ele é capaz de se lembrar já que possui memória². De qualquer modo, o homem é um animal diferente dos outros, segundo Aristóteles, pelo modo de vida que tem.

Sobre o ato de pensar podemos afirmar que existem certos níveis de pensamento. Os animais também possuem sensações, certo nível de memória, enfim, o que o diferencia do homem é que este tem consciência de suas sensações e vontades. Além disso, há a reflexão, o raciocínio lógico, o cálculo, a resolução de problemas. O homem teoriza, interpreta o mundo, busca compreendê-lo, isso só o homem é quem faz,

Embora as formas mais elementares do pensamento talvez sejam compartilhadas por outros seres, o homem é o único

¹ Curta metragem “Ilha das flores” de Jorge Furtado, 1989.

² Ao tema da memória Aristóteles dedicou o tratado “De memória et reminiscencia”. Esta obra está contida na coleção de tratados conhecidos com o nome latino “Parva Naturalia”.

capaz de desenvolver as mais elevadas formas de reflexão (BOSCH, p. 188, 1998).

Aristóteles se refere várias vezes à razão e afirma que o mais elevado modo de vida é aquele que expressa o elemento divino da razão: a contemplação intelectual. Sobre isto, Aristóteles afirma na *Ética à Nicômaco*

Se, portanto, a razão é divina em comparação com o homem, a vida conforme à razão é divina em comparação com a vida humana. Mas não devemos seguir os que nos aconselham a ocupar-nos com coisas humanas, visto que somos homens, e com coisas mortais, visto que somos mortais; mas, na medida em que isso for possível, procuremos tornar-nos imortais e envidar todos os esforços para viver de acordo com o que há de melhor em nós; porque, ainda que seja pequeno quanto ao lugar que ocupa, supera a tudo o mais pelo poder e pelo valor. (EN X 7 1177b 30)

Há que se ressaltar que o homem possui certa natureza pensante, que não é espontânea e imediatamente racional, podemos dizer que ele é 'potencialmente' racional, se tornará racional desde que se esforce para tanto, desde que exercite o pensamento, pois para Aristóteles a natureza de um ser é sempre ato e não potência. O homem tem consciência de que não é imediatamente o que deve ser e por isso o homem terá que realizar ações neste sentido, que o conduzam a seu fim. E mediante esta ações que ele se torna diferente dos outros animais, assim podemos afirmar que é dever do homem "tornar-se mais humano: justo, moral, sensato e racional" (BOSCH, p. 189, 1998).

Portanto, se a natureza do homem é o pensamento, a racionalidade é a sua principal atividade. Quando o homem se dedica a esta natureza sente prazer. Clássica se tornou a frase com a qual Aristóteles inicia o livro da *Metafísica*: "Todos os homens, por natureza, tendem ao saber." (Met A1 980a), o que quer dizer que naturalmente buscamos conhecer as coisas e ao fazermos isto sentimos prazer.

O homem não pode deter-se em conhecimento utilitário; ele deve, para responder às exigências mais íntimas de sua natureza, procurar o conhecimento por ele mesmo. Que a sabedoria seja inscrita tão profundamente na natureza humana e que ela seja o que há de mais nobre no homem, Aristóteles o mostra pela análise de nossas diversas maneiras de alcançar o que é. (PHILIPPE, p. 161)

Sobre isto, novamente podemos acompanhar Philippe e citar a *Metafísica* de Aristóteles:

Consideramos que o saber e o compreender pertencem mais à arte do que à experiência, e julgamos os que possuem de arte mais sábios do que os que só possuem a experiência, na

medida em que estamos convencidos de que a sapiência, em cada um dos homens, corresponda à sua capacidade de conhecer. E isso porque conhecem a causa, enquanto os outros não a conhecem. Os empíricos conhecem o puro dado de fato, mas não seu porquê; ao contrário, os outros conhecem o porquê e a causa. (Met A1 981a 24 30)

As ações virtuosas são caracterizadas por serem ações que seguem a reta razão. O ato virtuoso carrega consigo certo nível de prazer. É mais comum e característico que elas sejam para fazer o bem aos outros e não a quem pratica a ação. Assim, para Aristóteles “as ações virtuosas são praticadas tendo em vista o que é nobre” (EN IV 1). A ação virtuosa é em si agradável e isenta de dor. Por isso, Aristóteles em vários momentos da *Ética* associará as ações virtuosas com a própria felicidade.

2.2 As virtudes aristotélicas

As virtudes são certas disposições ou atividades da alma. São ações voluntárias submetidas à deliberação e escolha. Parece-nos adequado enfatizar as virtudes morais, visto que elas são ‘adquiridas’ pelo hábito, ou seja, pela imitação e repetição. Aristóteles afirmou na *Poética* que a imitação é algo que faz parte da própria natureza humana:

Sendo, pois, própria da nossa natureza a imitação, também o é a harmonia e o ritmo (porque é claro que os metros são parte do ritmo). Os que ao princípio se sentiram com maior inclinação natural para estas coisas, adiantando-se pouco a pouco, deram origem à poesia com obras feitas de improviso. Ora a poesia tomou diversas formas, segundo o diferente natural de cada um; porque os homens que tinham mais gravidade e elevação, imitavam as ações boas e a fortuna dos bons; e os que eram de gênio humilde imitavam as ações dos maus, escrevendo ao princípio vitupérios, assim como os outros compunham hinos e encômios. (Poética, 1448b 20,25)

2.3 Virtudes Morais

Um dos temas mais importantes na ética à Nicômaco é o estudo das virtudes morais. Aristóteles enumera diversas virtudes unindo-as freqüentemente com o conceito de justa medida, estas virtudes relacionam-se com a parte emocional do homem, já que o homem é formado tanto pela parte emocional, como também pela racional. Barnes afirma que “as virtudes morais são hábitos consolidados de caráter que se expressam na resposta emocional correta” (p. 275, 2009).

Assim, podemos citar alguns exemplos de virtudes que se relacionam com a parte emocional do homem: a *coragem*, sobre ela o Filósofo afirma que ela é a justa medida em relação ao medo e a confiança. Seus vícios são a covardia e a temeridade, um por falta e outro por excesso. Sobre a *temperança* Aristóteles afirma que ela deve relacionar-se com os prazeres corporais, porém, enfatiza que não com todos. Esclarece que:

Os que se deleitam com o objeto da visão, tais como as cores, a forma e a pintura, não são chamados temperantes nem intemperantes; e contudo parece que é possível deleitar-se com essas coisas tanto como se deve quanto em excesso ou em grau suficiente. (EN III 10 117b 20).

Coisas parecidas ele afirma sobre a audição e os odores. Porém deixa claro que a temperança e a intemperança tem a ver principalmente com os prazeres do tato e do paladar, que são prazeres compartilhados também com os animais. Aristóteles diz que este é o motivo pelo qual estes prazeres parecem inferiores e brutais.

A *liberalidade* é a justa medida em relação à riqueza. Alguém é liberal no que tange a dar e receber riquezas, mas principalmente em dar. Por riqueza devemos entender como sendo todas as coisas cujo valor se mede pelo dinheiro (EN IV 125). O excesso e a falta são a prodigalidade e a avareza sempre em relação à riqueza. Um homem pródigo, segundo Aristóteles, possui um caráter fraco, pois além de desperdiçar seu dinheiro, o faz tendo em vista apenas seus prazeres. O pródigo é aquele que “se arruína por sua própria culpa” (EN V 1-1120a). A riqueza é algo útil, mas há que se fazer um bom uso dela, e o homem que melhor utilizar a riqueza possui esta virtude, ou seja, “esse é o homem liberal” (EN IV 1 1120a-5).

“O termo ‘liberalidade’ se usa relativamente às posses de um homem, pois essa virtude não consiste na multidão das dádivas, e sim na disposição de caráter de quem dá, e esta é relativa às suas posses” (EN IV 1 1120b 5).

Segundo Aristóteles, os homens possuem certa inclinação à avareza, que é algo incurável e de certa forma inata, comparando-se com a prodigalidade. A maior parte das pessoas prefere ganhar que dar. A avareza pode ser dividida em duas: a falta no dar e o excesso no tomar.

Outra virtude relacionada com a riqueza é a *magnificência*, que não se estende como a liberalidade a tudo que se relaciona com a riqueza, mas somente com os gastos. A magnificência trata de um gasto apropriado e que envolve grandes quantias. Esta virtude deve ser adequada ao agente e também ao objeto e as circunstâncias,

uma justa medida que envolve estes três fatores. Segundo Aristóteles, “o magnificente é liberal, mas o liberal nem sempre é magnificente” (EN IV 2 25). A falta de magnificência é a mesquinhez e o excesso a vulgaridade, o mau gosto, “o qual não se excede nas quantias despendidas com objetos que convém, mas pelos gastos ostentosos em circunstâncias indébitas, e de maneira indébita”. (EN IV 2 30). Ao ser magnificente, tem-se em vista a honra, finalidade comum a todas as virtudes. Tal ação é realizada com prazer e com largueza. “A magnificência é um atributo dos gastos que chamamos honrosos” (EN IV 2 15).

A *magnanimidade* é a justa medida, modéstia é a falta, seu excesso é a vaidade. A *calma* é a justa medida com relação à cólera e a apatia. Um homem calmo não se deixa perturbar, nem se guiar pelas paixões, para Aristóteles:

O meio-termo (isto é, aquilo em virtude de que nos encolerizamos com as pessoas e coisas devidas, da maneira devida, e assim por diante) merece ser louvado, enquanto os excessos, e deficiências são dignos de censura – censura leve se estão presente em modesto grau, e franca e enérgica se em grau elevado. (EN IV 5 5)

A *amizade* seria a palavra mais próxima para classificar a justa medida em relação ao enfado e a condescendência. No primeiro há a falta e no segundo o excesso:

Dos que proporcionam prazer, o que procura ser agradável sem nenhum objetivo ulterior é obsequioso, mas aquele que o faz com o fim de obter alguma vantagem em dinheiro ou nas coisas que pode comprar é um adulator. (EN IV 6 1127a 5).

A *Justiça* é uma disposição que torna os homens capazes de agirem justamente. Nesta virtude Aristóteles relativiza o conceito de justa medida, já que o excesso de justiça nunca será considerado algo ruim. Quando Aristóteles analisa o justo também analisa o injusto, assim ele afirma que o justo e o injusto podem significar pelo menos duas coisas. Num primeiro momento elas tem a ver com regras jurídicas e leis, isto é, com a ordem institucional e fundamental da vida política de uma comunidade. Em outro sentido, tem a ver com o como as pessoas atuam, ou seja, pode haver atitudes justas ou injustas. Novamente, para Aristóteles esta virtude se relaciona com a imitação e o hábito, célebre a este respeito é a sua afirmação de que é praticando atos de justiça que nos tornamos justos. Assim, para Aristóteles, a justiça tem a ver com algo prático: não se deve receber menos e não se deve tomar mais do que compete a alguém segundo a lei. O injusto quer sempre mais, é insaciável;

enquanto que o justo atinge o meio termo entre fazer injustiça e sofrer injustiça (Höffe, p. 202).

2.4 Virtudes intelectuais

Sabemos que a característica principal do homem é a razão e o homem desempenhará sua função própria caso tenha uma vida racional. Para Aristóteles o uso correto da razão se dá ao conhecer a verdade. As disposições que se relacionam com a verdade são chamadas *virtudes intelectuais*, diferenciando-se das virtudes morais, pois estas se relacionam com nossas emoções e são como que respostas práticas às situações. A este respeito, Aristóteles nos diz que

Dê-se por estabelecido que as disposições em virtude das quais a alma possui a verdade, quer afirmando, quer negando, são em número de cinco: a arte, o conhecimento científico, a sabedoria prática, a sabedoria filosófica e a razão intuitiva (EN VI 3 1139b 15)

Como exemplo de virtudes intelectuais, podemos citar o *conhecimento científico* e a *sabedoria prática*. O *conhecimento científico* é uma virtude intelectual, que consiste em deduções com base em princípios mais básicos da natureza, “o conhecimento científico é um estado que nos torna capazes de demonstrar, (...) pois é quando um homem tem certa espécie de convicção, além de conhecer pontos de partida, que possui conhecimento científico” (EN VI 3 1139b 35).

No que tange à *sabedoria prática* devemos analisá-la a partir das pessoas a quem atribuímos tal virtude. O homem dotado de sabedoria prática tem o poder de deliberar bem sobre o que é bom para ele, de modo geral. A sabedoria prática é uma “capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem” (EN VI 3 1140b). Sobre isto, Barnes afirma que:

O lado racional e o lado emocional são aspectos de nossa natureza, e suas virtudes não se sobrepõem, com uma importante exceção: a virtude intelectual chamada sabedoria prática, cuja função é permitir-nos saber a maneira correta de nos comportar. Embora a sabedoria prática não seja ela própria uma virtude moral, está intimamente associada com as virtudes morais. (p. 267, 2009)

Embora a sabedoria prática seja uma virtude intelectual, está diretamente relacionada com as virtudes morais, visto que ela é *phronesis*, (prudência), é um discernimento que nos permite deliberar e escolher a ação a ser praticada, segundo Aristóteles “ela versa sobre coisas humanas, e coisas que podem ser objeto de

deliberação” (EN VI 3 1141b 5). Ela seria uma espécie de apreciação do que é bom ou ruim para nós.

Deste modo, podemos afirmar que a função da sabedoria prática “é colocar em prática a orientação correta de valores fornecida pelas virtudes morais” (BARNES, p. 270, 2009).

2.5 As virtudes segundo André Comte-Sponville

O estudo das virtudes no fim do século XX teve um novo impulso com a obra “Pequeno Tratado das Grandes Virtudes” de André Comte-Sponville. A obra é um tratado de teoria moral. A moral não é entendida somente como filosofia moral, mas, sobretudo como moral aplicada. Neste sentido, Comte-Sponville partirá da concepção aristotélica de virtude reelaborando algumas delas.

Sobre a *gratidão*, por exemplo, Comte-Sponville afirma que ela é a mais agradável das virtudes, no entanto, não é a mais fácil, não é fácil preferir dar que receber, agradecer do que perdoar. O autor afirma que:

A gratidão é um segundo prazer, que prolonga um primeiro, como um eco de alegria à alegria sentida, como uma felicidade a mais para um mais de felicidade. O que há de mais simples? Prazer de receber, alegria de ser alegre: gratidão. O fato de ela ser uma virtude, porém, basta para mostrar que ela não é óbvia, que podemos carecer de gratidão e que, por conseguinte, há mérito – apesar do prazer ou, talvez, por causa dele – em senti-la. Mas por quê? A gratidão é um mistério, não pelo prazer que temos com ela, mas pelo obstáculo que com ela vencemos. É a mais agradável das virtudes, e o mais virtuoso dos prazeres. (Comte-Sponville, p. 145, 2002)

Deste modo, é amor, é alegria retribuída: amor retribuído, Comte-Sponville (p. 152, 2002) afirma ainda que “é nisso o segredo da amizade, não pelo sentimento de uma dívida, (...) mas por superabundância de alegria comum, de alegria recíproca, de alegria partilhada”.

No que se refere à *tolerância*, podemos afirmar o problema que a envolve só surge nas questões de opinião, nos questionamos: “O que deve ser tolerado?”. Guerras, massacres, injustiças, devem ser toleradas?

Ao pensarmos numa possível resposta, nos deparamos com a idéia de que uma tolerância universal seria um verdadeiro absurdo, moralmente condenável, “pois esqueceria as vítimas, porque as abandonaria à sua sorte, porque deixaria perpetuar-se seu martírio” (p. 175, 2002). Para Comte-Sponville,

Tolerar é aceitar o que poderia ser condenado, é deixar fazer o que se poderia impedir ou combater. Portanto, é renunciar a uma parte de seu poder, de sua força, de sua cólera... Assim, toleramos os caprichos de uma criança ou as posições de um adversário. Mas isso só é virtuoso se assumirmos, como se diz, se superarmos para tanto nosso próprio interesse, nosso próprio sofrimento, nossa própria impaciência. A tolerância só vale contra si mesmo, e a favor de outrem. Não há tolerância quando nada se tem a perder, menos ainda quando se tem tudo a ganhar em suportar, isto é, em nada fazer (p. 176, 2002).

Porém, não se pode tolerar tudo, tolerar é se responsabilizar (Comte-Sponville, 2002) tolerar o sofrimento dos outros, a injustiça de que não somos vítimas, é egoísmo, é indiferença. A tolerância só vale, em certos limites, que são os de sua própria salvaguarda e da preservação de suas condições de possibilidade, ela é limitada, do contrário, representaria o seu próprio fim. Tolerância não é sinônimo de passividade. Há muitas coisas intoleráveis, moralmente falando, não se tolera o sofrimento de outrem, a injustiça, a opressão, quando poderiam ser impedidos ou combatidos por um mal menor e, politicamente falando,

“tudo o que ameaçar a liberdade, a paz ou a sobrevivência de uma sociedade (o que supõe uma avaliação, sempre incerta, dos riscos), logo também tudo o que ameaça a tolerância, quando essa ameaça não é simplesmente a expressão de uma posição ideológica (a qual poderia ser tolerada), mas sim um perigo real (o qual deve ser combatido, pela força, se necessário)” (Comte-Sponville, p. 179, 2002).

Podemos dizer que não sendo a tolerância universal, ela se aproxima do conceito de justa medida aristotélica, nem a falta, nem o excesso. Destacamos que a tolerância, como praticamente todas as virtudes, é uma virtude em benefício do outro, como também acreditava Aristóteles, o prazer está na própria ação que beneficia o outro.

Outra virtude mencionada por Andre Comte-Sponville é o *humor*. Tomar o humor como virtude é de se surpreender, porém o autor afirma que:

Toda a seriedade é condenável, referindo-se a nós mesmos. O humor nos preserva dela e, além do prazer que sentimos com ele, é estimado por isso (Comte-Sponville, p. 229, 2002).

Apenas a seriedade nos embrutece, muita seriedade chega a ser agressivo e severo. O que nos leva acreditar na ausência de outras virtudes tais como a

generosidade, a doçura, a misericórdia. Deve haver seriedade, mas numa justa medida, com relação, por exemplo, às responsabilidades, aos compromissos

O humor nos permite enxergar as situações noutra perspectiva. Comte-Sponville traz Montaigne (*Essais, I, 50, p. 304*) para ilustrar:

“Demócrito e Heráclito”, lembra Montaigne, “foram dois filósofos, o primeiro dos quais, achando vã e ridícula a condição humana, só saía em público com um semblante zombeteiro e risonho; Heráclito, sentindo piedade e compaixão por essa mesma condição nossa, trazia o semblante continuamente entristecido, e os olhos carregados de lágrimas (...). “Prefiro o primeiro estado de espírito”, explica, “não porque é mais agradável rir do que chorar, mas por ser mais desdenhoso e por nos condenar mais que o outro; e parece-me que nunca podemos ser tão desprezados quanto merecemos.” Chorar por isso? Seria levar-se demasiado a sério! Mais vale rir: “Não acredito que haja em nós tanta infelicidade quanta vaidade, nem tanta malícia quanta tolice [...]. Nossa própria e peculiar condição é tão ridícula quanto risível.” De que adianta se lamentar por tão pouco (por esse pouco que somos)? De que adianta se odiar (“o que odiamos levamos a sério”), quando basta rir? (*apud* Comte-Sponville, p. 231, 2002)

O ‘rir’ mencionado não deve ser confundido com a ironia, que se diferencia do humor. A ironia não é uma virtude, pois fere o outro, é o riso mau, sarcástico, destruidor, o riso da zombaria, “é um riso que se leva a sério, é um riso que zomba, mas não de si, é um riso, e a expressão é bem reveladora, que *goza da cara dos outros*.” (Comte-Sponville, p. 232, 2002). O humor transforma a tristeza em alegria, o ódio em amor, é, como afirma o autor o

“rir de si primeiro, mas sem ódio. Ou de tudo, mas apenas enquanto se faz parte desse tudo e se o aceita. A ironia diz não (muitas vezes fingindo dizer sim); o humor diz sim, sim apesar de tudo, sim apesar dos pesares” (Comte-Sponville, p. 234, 2002)

O humor impede que a seriedade nos torne pessoas frias e severas, ele dá certa leveza às situações, sendo deste modo, também uma justa medida no que tange à interpretação e reação das situações em que nos envolvemos.

Diante disto, percebemos que as virtudes apresentadas tiveram leves mudanças ao compará-las com as virtudes aristotélicas. No entanto, podemos afirmar que a ‘substância’ é a mesma: ambas objetivam uma vida melhor. As virtudes tanto em Aristóteles como em Comte-Sponville são ações que se realizadas repetidas vezes geram o hábito, e isso tornará o homem virtuoso. Devemos ressaltar que ao

pensarmos em virtude devemos ter em mente que estas proporcionam diretamente o bem ao outro, mas que o agente sente prazer na própria ação e é isso que faz com que a virtude seja considerada uma ação bela.

Revista Pandora Brasil

<http://revistapandora.sites.uol.com.br/>